Educação

"A faculdade era um sonho que virou pesadelo"

80% dos alunos das universidades privadas ficam sem o FIES

Páginas 4 e 5

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR ► NÚMERO 494 ► DE 26 DE MARÇO A 7 DE ABRIL DE 2015 ► ANO 18

R$ 2

Chega de Dilma, PT, PSDB, PMDB!

Basta de retirada de direitos, aumentos de preços e corrupção

Páginas 8 e 9

Nacional

É hora dos trabalhadores colarem o bloco na rua!

Reunião do Espaço Unidade de Ação aprova jornadas de lutas de 7 a 9 de abril

Páginas 6 e 7

Entrevista

"Nosso país é o mais lucrativo do mundo para os bancos"

Juliana Donato, eleita para o Conselho de Administração do Banco do Brasil com mais de 27 mil votos

Página 10

O que é Estado Islâmico?

Movimento fundamentalista religioso destrói museus, combate rebeldes sírios e massacra opositores e população curda

Página 13

Fora Cabral – O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no dia 17 de março, condenou o PSTU a pagar multa de R$ 20 mil por ter defendido a palavra de ordem "Fora Cabral". O processo contra o partido foi movido pelo ex-governador Sergio Cabral (PMDB).

Fora Cabral – A perseguição a mando de Cabral e Pezão é um atentado ao direito de manifestação *"Qualquer um que diga 'Fora tal governante', estaria arriscado a ser multado por isso?"*, indagou Dayse Oliveira, do PSTU do Rio de Janeiro.

Lavando dinheiro...

O vazamento da lista com os nomes de 106 mil correntistas da filial do HSBC em Genebra, na Suíça, vai jogar ainda mais lama no ventilador. O escândalo do Swissleaks, como tem sido chamado, mostra que o banco prestava serviços como lavagem de dinheiro, servindo como meio para evasão fiscal e sonegação entre outros crimes. Esse que está sendo apontado como o maior escândalo financeiro da história quase não é comentado pela imprensa no Brasil. Por que será?

Pérola

Não são doações, são empréstimos

PAULO COSTA, ex-diretor da Petrobras, falando sobre como funciona o financiamento privado das campanhas eleitorais no Brasil. *"A empresa vai doar pro cara e, depois, vai cobrar dele"*, completou.

Em pé de guerra

Foi instalada, na Câmara dos Deputados, uma Comissão para discutir a PEC 215. Esse projeto é um ataque ao direito de demarcação das terras indígenas e coloca a delimitação das terras sob o aval do Congresso cheio de picaretas e representantes dos latifundiários. O desengavetamento da PEC foi uma das primeiras medidas do presidente da casa, Eduardo Cunha (PMDB), listado da Lava-Jato. O presidente da comissão será o deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), ligado à Frente Parlamentar da Agropecuária, ou seja, um ruralista. A PEC é, na prática, a revogação dos direitos conquistados pelos povos indígenas. Por isso, os movimentos sociais e os povos indígenas precisam declarar guerra para exigir o arquivamento do projeto.

...e varrendo pra debaixo do tapete

O caso do Swissleaks atinge figurões da mídia no país. Dentre os 8.667 brasileiros que mantinham contas secretas na Suíça, estão os donos do Grupo Folha, Octavio Frias de Oliveira, que morreu em 2007, e Luiz Frias, atual presidente da Folha. Também, há vários nomes da família Saad, dona da Rede Bandeirantes. Ao todo, são 22 empresários de mídia na lista, incluindo Lily de Carvalho, viúva de Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, falecido em 2003. A revelação expõe a hipocrisia das grandes empresas que detêm o monopólio da mídia no Brasil. Denunciam os casos de corrupção que lhes interessam e escondem aqueles em que estão diretamente metidos.

Desconstruindo Amelia

A cantora Pitty resolveu manifestar sua opinião sobre os protestos políticos que aconteceram no dia 15 de março. *"Pressionar qualquer governo por melhorias sim, marchar ao lado de extremistas de direita, fanáticos religiosos e saudosos da ditadura JAMÉ* [jamais em francês]*"*, escreveu em sua conta no Twitter. Pitty recebeu uma enxurrada de mensagens preconceituosas e xingamentos. *"E olha que eu nem defendo o PT!"*, explicou. Uma das mensagens enviadas a ela dizia: *"Quando terminar o mimimi... volte pra cozinha! Quem sabe lá vc se sai melhor que na música."* Pitty não deixou por menos e respondeu: *"pois eu não volto pra cozinha, nem o negro pra senzala, nem o gay pro armário. O choro é livre (e nós também)"*.

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64
Atividade principal 91.92-8-00

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb 14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Jeferson Choma, Raiza Rocha, Luciana Candido, Romerito Pontes, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Romerito Pontes, Victor "Bud"

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

Um chamado à CUT e ao MST: rompam com o governo

O governo Dilma Rousseff (PT) está fazendo um ajuste fiscal duríssimo contra a classe trabalhadora e os setores populares. Uma política inteiramente de direita em favor dos banqueiros, do agronegócio e das multinacionais. Sobre os ombros da classe trabalhadora e dos setores mais pobres da população, está recaindo todo o peso da crise.

A insatisfação contra o governo Dilma e suas medidas é geral. Apenas 13% da população aprova o governo.

A direção da CUT e também a do MST dizem ser contra as medidas do ajuste fiscal, mas, ao mesmo tempo, propõem realizar manifestações essencialmente em defesa do governo ou de apoio crítico ao mesmo, como a do dia 13 de março. O argumento utilizado é que estaria em curso um golpe da direita, como em 1964, ou ao menos um golpe branco, uma tentativa de impeachment sem bases jurídicas. Nem uma coisa nem outra é verdadeira.

Porém o dirigente do MST, João Pedro Stédile, chegou a dizer, em evento com a presença da presidente, em Eldorado do Sul (RS), que "Dilma é quase Santa", que o protesto do dia 15 foi uma manifestação de fascistas que querem dar um golpe "contra políticas públicas do Estado para os pobres", que se escondem atrás de cartazes de "Fora Dilma". Ele chamou a presidente a ir para as ruas para "derrotar a direita".

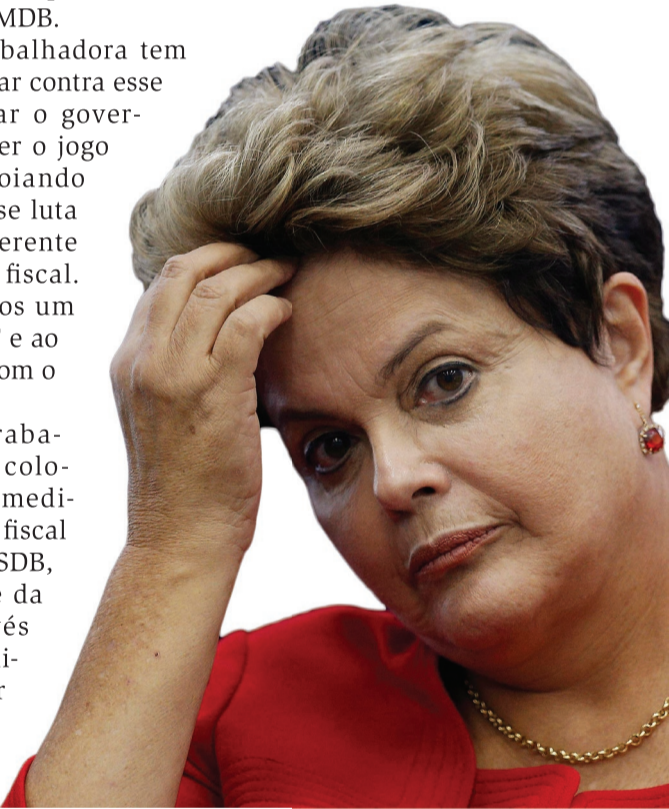
Dilma, no entanto, governa com e para a direita. Fez menos assentamentos de reforma agrária do que o governo FHC (PSDB). No primeiro mandato de Lula, foram assentadas em torno de 220 mil famílias apenas. No segundo mandato de Lula, sequer foi elaborado o terceiro Plano Nacional de Reforma Agrária e, ainda, foram editadas duas Medidas Provisórias que entregaram mais de 67 milhões de hectares de terras públicas da Amazônia para grileiros.

Sob o governo Dilma, o agronegócio está invadindo as reservas indígenas. Sua ministra da Agricultura, Kátia Abreu, é uma liderança do agronegócio. O ajuste fiscal foi proposto por Dilma, que escolheu o ministro Joaquim Levy, um banqueiro, para ministro da fazenda. O ajuste fiscal que revoltou os trabalhadores é uma política completamente de direita, e o atual governo está empenhado em aprová-lo. Aliás com o apoio do PSDB, da Globo e do PMDB.

A classe trabalhadora tem obrigação de ficar contra esse governo. Apoiar o governo Dilma é fazer o jogo da direita. Apoiando o governo não se luta de maneira coerente contra o ajuste fiscal. Por isso, fazemos um chamado à CUT e ao MST: rompam com o governo!

A classe trabalhadora pode colocar abaixo as medidas desse ajuste fiscal da Dilma, do PSDB, do Congresso e da Globo. Ao invés de chamar manifestação a favor do governo, vamos juntos construir uma greve geral que coloque abaixo as medidas de ataques aos trabalhadores.

Uma greve geral jamais fortalecerá a direita. O que fortalece a direita é não enfrentar o governo e sua política contra a classe trabalhadora e os setores populares e, também, contra a classe média que não é, em sua totalidade, reacionária.

Ainda que os companheiros não concordem conosco sobre o governo, se de verdade querem derrotar o ajuste, reiteramos o chamado: independentemente das diferenças políticas, vamos construir uma greve geral contra a retirada dos nossos direitos.

Golpe da direita contra Dilma?

Após o protesto do dia 15, militantes do PT e do PCdoB dizem que o governo Dilma enfrenta uma tentativa de golpe da direita. Mas isso não é verdade. Hoje, nem o PSDB, nem a Globo, nem os grandes empresários e banqueiros do país, que apoiaram o dia 15, defendem golpe. Sequer defendem o impeachment.

Não querem dar um golpe porque estão empenhados, ao lado de Dilma, na aprovação do ajuste fiscal. Apoiam as Medidas Provisórias que retiram o seguro-desemprego e dificultam o acesso ao PIS. Também defendem o corte de gastos em saúde, educação e moradia feito por Dilma.

O imperialismo norte-americano também não quer derrubar o governo. Longe disso, o presidente dos EUA, Barack Obama, inclusive adiantou a agenda para se encontrar com Dilma em abril. O vice-presidente daquele país ligou renovando o apoio do governo dos EUA a Dilma.

A elite ganhou muito dinheiro com os governos do PT, muito mais do que os trabalhadores e o povo pobre. Agora, querem que os trabalhadores paguem pela crise. Eles não preparam nenhum golpe contra Dilma. O máximo que o PT pode dizer a eles é que são muito mal agradecidos.

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581.5776
www.pstu.org.br
www.litci.org
pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua 13 de Maio, 75, Poço em frente ao Sesc) pstual.blogspot.com

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Sergipe, 407 - CEP. 68908-310. Bairro Pacoval. Tel: (96) 3224.3499

AMAZONAS

MANAUS - R. Manicoré, 34 - Cachoeirinha CEP 69065100

BAHIA

SALVADOR - Rua Santa Clara, nº 16, Nazaré. pstubahia.blogspot.com

CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910 - Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710 - Benfica. (85) 3044.0056

JUAZEIRO DO NORTE - R. São Miguel, 45 - São Miguel. (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215 - Asa Sul. (61) 3226.1016 | brasilia@pstu.org.br

GOIÁS

GOIÂNIA - Rua 237, nº 440, Qd-106, Lt- 28, casa 02 - Setor Leste Universitário. (62) 3541.7753

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, sala 10 - Monte Castelo. (98) 8812.6280/8888.6327 pstumaranhao.blogspot.com

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165 - Jd. Leblon. (65) 9956.2942/9605.7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 - Vila Planalto. (67) 3331.3075/9998.2916

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - Edifício Vera Cruz, R. dos Goitacazes 103, sala 2001. bh@pstu.org.br

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202 - Eldorado. (31) 2559.0724

ITAJUBÁ - Av. Engenheiro Pedro Fonseca Paiva, 188/303 - Bairro Avenida. (35) 8402.1647

JUIZ DE FORA - Av. Rio Branco, 1310 (sobrado) - Centro. pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA - Rua Jequitibá nº41, Bairro Rosário. (31) 8837-0478 | pstumariana@gmail.

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. (34) 3312.5629|

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM - Av. Almirante Barroso, Nº 239, Bairro: Marco. Tel: (91) 3226.6825

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Apolônio Nobrega, 117. Bairro Castelo Branco (83) 241-2368.

PARANÁ

CURITIBA - Rua Ébano Pereira, 164, Sala 22, Edifício Santo Antônio Centro - CEP 80410-240

MARINGÁ - R. Taí, 597, Sala 11. Centro. Sarandi-PR (44) 9963-5770 | (44) 9856-5034

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua do Príncipe, 106, Soledade, Recife-PE CEP 50050-410 www.pstupe.org.br

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180 - Lapa. (21) 2232.9458 rio.pstu.org.br

MADUREIRA - Av. Ministro Edgard Romero, 584/302. Próx ao CDD Correios de Vaz Lobo.

CAMPOS - Av. 28 de Março, 612, Centro. www.camposrj.pstu.org.br

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404 - Centro.

NITERÓI - Av. Amaral Peixoto, 55 Sala 1001 - Centro.

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766, Fundos - Centro de Macaé. (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62 - Cordoeira

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546 - Centro

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43, sala 202 - Aterrado. (24) 9.9864-7972 pstusulfluminense.blogspot.com

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - Rua Letícia Cerqueira, 23. Travessa da Deodoro da Fonseca. (entre o Marista e o CDF) - Cidade Alta. (84) 2020.1290. Gabinete da Vereadora Amanda Gurgel : (84) 3232.9430 psturn.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243 Portinho, 243 (51) 3024.3486/3024.3409 pstugaucho.blogspot.com

GRAVATAÍ - Av. José Loureiro Silva, 1520, Sala 313 - Centro. (51)9364.2463

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432, sala 20 - Galeria Dom Guilherm. (54) 9993.7180

SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807.1722

SANTA MARIA - (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77 - Centro. (48) 3225.6831

CRICIÚMA - R. Imigrante Meller, 487 - Pinheirinho. (48) 3462.8829/9128.4579 pstu_criciuma@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento. (11) 3313.5604

ZONA LESTE - Rua Henrique de Paula França, 136 - São Miguel. (11) 99150 3515. CEP 08010-080

ZONA SUL - R. Julio Verne, 28 - Santo Amaro. (11) 99850 0170

ZONA OESTE - R. Alves Branco, 65 - Lapa de Baixo. (11) 98195 6893

BAURU - Rua 1º de Agosto, 4-47. Edifício Caravelas, 5º andar, Sala 503D. baurupstu@gmail.com

CAMPINAS - R. Saudanha Marinho, 990. (19) 3201.5672

GUARULHOS - Cônego Valadão, 325, Gopoúva. (11) 4966.0484

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos. (16) 3637.7242

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58 - Centro. (11) 4339.7186 pstuabc.blogspot.com

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (17) 9.8145.2910 pstu.sjriopreto@gmail.com

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63, Piso 1 - Jd. Bela Vista. (12) 3941.2845

SUZANO - (11) 4743.1365

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b - Conjunto Orlando Dantas. (79) 3251.3530

"A faculdade era um sonho que virou pesadelo"

O governo passou a tesoura no orçamento das áreas sociais, e a educação foi a mais atingida, com corte de R$ 7 bilhões. As novas regras do Fies são resultado desses cortes feitos para pagar a dívida pública. Agora, muitos estudantes enfrentam o drama de não conseguir pagar as mensalidades das universidades privadas. Confira na reportagem.

Israel Luz
Da Secretaria Nacional de Juventude

Já imaginou esperar 18 anos para entrar numa faculdade? Foi isso que Claudiana fez. Ela parou de estudar na 6º série e, hoje, trabalha como auxiliar administrativa.

Aos 36 anos, depois de passar pelo Ensino de Jovens e Adolecentes (EJA), cursa Serviço Social na UniItalo, universidade privada localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo. *"Até dez anos atrás, faculdade não era pra pobre"*, diz.

Nos últimos anos, o ensino superior passou por uma expansão significativa. Muitos trabalhadores e seus filhos puderam começar a estudar, em geral em instituições privadas. A crise causada pela mudança nas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) mostra as contradições disso.

Mudanças dificultam acesso ao ensino

Em dezembro do ano passado, o Ministério da Educação (MEC) modificou as regras do fundo. Agora, o candidato ou a candidata precisa atingir nota mínima de 450 pontos no ENEM, e a seleção de vagas se dará em cursos com nota máxima pelos critérios do MEC.

Há grande dificuldade para renovar o contrato. Na PUC-SP, por exemplo, *"metade do primeiro ano do curso de Jornalismo ainda está nessa situação"*, afirma Murilo, estudante de Direito. Também são incontáveis as reclamações da espera interminável para acessar a página do Fies na internet, quase sempre sem sucesso.

As reitorias têm coagido os estudantes a assinarem documentos se responsabilizando pelo pagamento da diferença entre o teto de 6,4% proposto pelo MEC e os reajustes muito superiores já aplicados. Em alguns lugares, o aumento chega a 8%, o que faz muita diferença no bolso.

"Tem um estudante do primeiro ano de Direito que já pagou as mensalidades anteriores no valor integral, mas que não tem como pagar mais. Se não resolver o problema no próximo mês vai abandonar o curso", explica Murilo. O próprio Murilo, por sorte, já conseguiu renovar seu contrato com o Fies. *"Eu tive que pagar o valor integral da mensalidade de janeiro do meu curso"*, conta. Isso equivale a mais de R$ 2 mil. Se não fosse o bastante, a reitoria cortou o desconto no restaurante universitário, dificultando ainda mais a vida dos estudantes que mais precisam, em geral os mais pobres.

Segundo o governo, esse caos é fruto de uma mudança no sistema que logo será resolvida. Contudo, até semana passada, mais da metade dos estudantes do Fies no país não tinham conseguido novo contrato. Em São Paulo, na Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) formou-se uma fila de estudantes que dormiram à noite na porta da faculdade para conseguir se inscrever. Além disso, há estimativas de que mais de 80% dos novos universitários podem ficar sem acesso ao Fies. Como diz Claudiana, para muitos, *"o sonho tá virando um pesadelo"*.

"Não sou mulher de desistir"

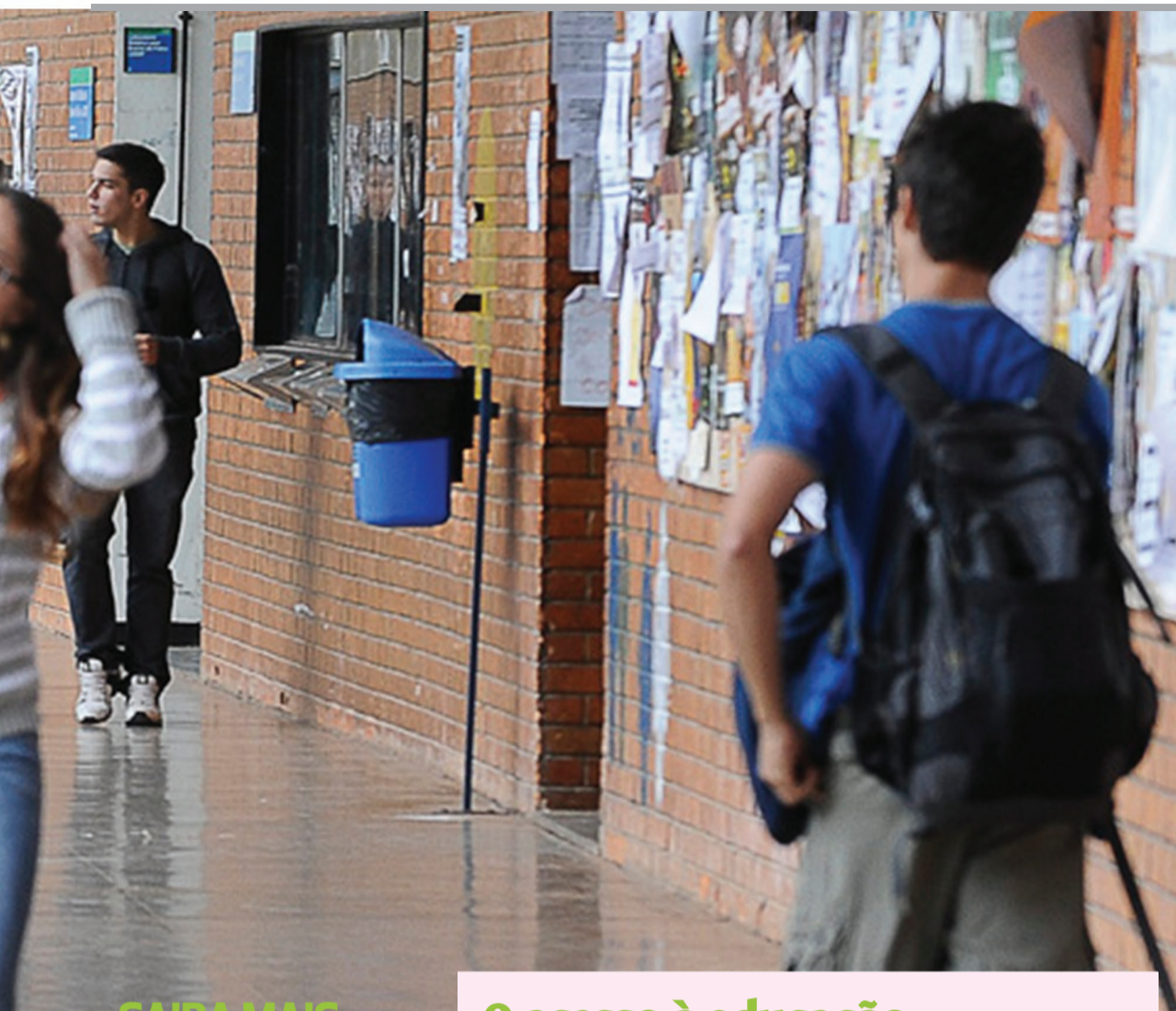
Estudantes se organizam para lutar pelo direito à educação

Claudiana, como muitos estudantes de faculdades privadas, começa a se organizar para resistir. Formou há pouco tempo com colegas o Grito do Povão, coletivo ligado à ANEL que tem lutado contra a sede de lucro dos donos da UniItalo.

Isso não tem passado despercebido pela direção da faculdade que já a chamou para se explicar, como se lutar por melhores condições de estudo fosse um crime. Isso não é tão incomum.

Na PUC-SP, recentemente, a reitoria foi ocupada, entre outras razões, pelos problemas com o Fies. A administração, então, fez uma reunião com os pais de ativistas, dizendo que *"tinham dificuldade de estabelecer um diálogo com os estudantes e, por isso, queriam envolver a família para ampliar o diálogo"*, conta Murilo. Para seus pais, perguntaram se eles sabiam o que ele fazia na faculdade.

Há casos mais extremos. Numa reunião de estudantes de faculdades privadas de São Paulo, no final de semana dos dias 21 e 22 de março, várias denúncias foram feitas. No interior do estado, uma faculdade *"chamou a PM para retirar um menino do centro acadêmico de sala de aula"* segundo uma aluna presente.

Não é fácil lutar pelo direito à educação. Mas o exemplo desses estudantes é muito forte. Quando Claudiana fala do que tem feito, abre um sorriso largo e diz: *"não sou mulher de desistir"*.

SAIBA MAIS

FIES

O QUE É O FIES?

O Fies é um empréstimo que precisa ser pago após a conclusão do curso. Foi criado por FHC em 1999. Não era uma ideia nova: desde a ditadura militar, há programas de transferência de dinheiro público para instituições privadas de ensino superior. Também não se tratou de uma inovação nacional. O Banco Mundial defende, há anos, políticas educacionais semelhantes e, inclusive, orientou o que foi feito por aqui.
Desde o governo Lula, foram feitas várias mudanças no programa original. Houve, por exemplo, o aumento do tempo de carência de seis para 18 meses. Também aumentou o tempo para pagar o empréstimo de duas para três vezes o período financiado, mais 12 meses. Facilitou-se a inscrição no programa, podendo ser feita a qualquer momento do ano.

O acesso à educação deve ser gratuito

Janaína Oliveira
da ANEL

No Brasil, a necessidade de democratizar o ensino superior é muito forte. Historicamente, a maioria da população, em especial negros e negras, está excluída da possibilidade de estudar.

Entre 2002 e 2012, o número de alunos da educação superior dobrou de 3,5 para 7 milhões. No entanto, segundo o IBGE, em 2013, 45% dos jovens entre 18 e 24 anos ainda estava fora do ensino superior apesar do aumento dos últimos anos.

Há uma forte desigualdade ente brancos e negros também aqui: enquanto no primeiro grupo 69,4% estavam na universidade, apenas 40,7% negros nessa faixa etária estavam no mesmo nível de ensino.

Desde o começo do ano, Dilma passou a tesoura no orçamento das áreas sociais. A educação foi a área mais atingida, com corte inicial de R$ 7 bilhões. As novas regras do Fies são resultado desses cortes feitos para pagar a dívida pública.

Devido à crise, para o cadastramento no Fies, Dilma admitiu que cometeu o erro de deixar o controle das vagas nas mãos dos empresários da educação. Longe de ser uma simples falha, isso é coerente com o favorecimento de anos do setor privado.

Nos governos de FHC (1994-2002), o ensino superior foi privatizado ao máximo. Isso ocorreu por meio da transferência de dinheiro público aos donos de escolas privadas que ganhavam rios de dinheiro. Também por causa do aumento do controle empresarial nas universidades públicas, onde as fundações privadas passaram a mandar cada vez mais, controlando atividades como a pesquisa. O PT não mudou essa história. Aprofundou-a com a criação do ProUni, do Pronatec e com a ampliação do Fies. No capitalismo, tudo é transformado em mercadoria, inclusive a educação.

Como medida imediata, defendemos a regularização do Fies. Nenhum jovem deve ficar fora da universidade. É preciso garantir as matrículas e suspender as novas regras.

Porém precisamos lutar, ao mesmo tempo, para que todos os que queiram estudar possam fazer isso sem pagar. Por isso, defendemos que as universidades privadas sejam estatizadas e, assim, se democratize de fato o direito à educação.

Governo federal entrega Ponte Rio-Niterói

Quem mora nas cidades do entorno do Rio de Janeiro sabe a importância da Ponte Rio-Niterói. Com 13,2 quilômetros de extensão, passam por ela 151 mil veículos por dia, 56 milhões por ano. Durante 20 anos, o trecho esteve nas mãos de um consórcio privado, o CCR (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Soares Penido). Em 18 de março, o governo federal leilou novamente a concessão por mais 30 anos. A empresa beneficiada, desta vez, foi a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. Até julho de 2015, mais rodovias federais deverão ser leiloadas.

Em São Gonçalo, qua-se 50% da população trabalha na capital. Esse trajeto não é fácil. Engarrafamento, ônibus parado, atraso para chegar ao trabalho. Para piorar, ainda é caro. O pedágio na ponte não sai por menos de R$ 6. Nos fins de semana, acabamos desistindo de fazer o mesmo percurso para buscar opções de cultura e lazer. A nós, população de maioria negra, é imposta uma espécie de toque de recolher.

A Ponte Rio-Niterói foi concedida à iniciativa privada no governo FHC, em 1995. Em vez de interromper a privatização das rodovias federais e reestatizá-las, os governos do PT deu continuidade às privatizações.

No Rio, todo o sistema de transporte está privatizado. Para piorar, é administrado pelas mesmas empresas envolvidas em escândalos de corrupção e que financiaram as campanhas do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB), de Dilma Rousseff (PT) e de Aécio Neves (PSDB). Tanto a Andrade Gutierrez quanto a Camargo Corrêa são investigadas na Operação Lava-Jato.

Para mudar essa realidade, o PSTU defende o fim imediato dos pedágios e o cancelamento das concessões e de todas as formas de privatização do transporte, de rodovias, metrô, trens, barcas e ônibus. Chega de sufoco: é preciso estatizar o transporte!

É hora de os trabalhadores colocarem o bloco na rua

Plenária do Espaço Unidade de Ação aponta jornada de lutas de 7 a 9 de abril

Da redação

Construir um terceiro campo da classe trabalhadora frente à falsa polarização entre o governo Dilma (PT) e a oposição de direita para colocar os trabalhadores nas ruas. Essa foi a principal definição da plenária do Espaço Unidade de Ação, no dia 20 de março, em São Paulo. Esse fórum reúne setores do sindicalismo combativo e independente, entre eles a CSP-Conlutas, além de movimentos sociais, populares e estudantis. A plenária reuniu 120 pessoas, representando cerca de 40 entidades entre sindicatos, movimentos e oposições de nove estados e do Distrito Federal. Também participaram representantes do PSTU, do PCB e de setores do PSOL.

Essa alternativa de classe será construída a partir da unificação das greves e das lutas que estão ocorrendo. *"Vamos cercar de apoio e solidariedade as greves e mobilizações que estão ocorrendo e buscar unificar essas lutas"*, afirmou Sebastião Carlos Pereira, o Cacau, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas. Seria possível, assim, politizar as mobilizações e colocá-las a serviço da construção dessa referência de um terceiro polo alternativo dos trabalhadores.

Fotos: Romerito Pontes

Jornada de lutas

O principal encaminhamento da plenária foi a construção de uma jornada nacional de mobilizações entre os dias 7 e 9 de abril. Inicialmente chamado pelo funcionalismo público federal, a jornada deve contar com a participação de várias categorias em luta no país.

O dia 6 de março foi um primeiro ensaio na construção desse polo alternativo ao governismo e à direita. Os dias 7 a 9, porém, além de um tempo de preparação mais longo, conta com um maior número de entidades envolvidas em sua organização. *"O Ceará é um bom exemplo do que queremos com essa jornada, eles estão discutindo, a partir de três categorias, atividades no dia 7, no dia 8 e 9. Assim, um dia vai ter como centro a construção civil, outro, rodoviários, e assim por diante"*, exemplificou Cacau. *"Temos que fazer um esforço para convergir e coordenar essas ações"*.

Além de setores importantes do funcionalismo público que já estão mobilizados, a votação do Projeto de Lei 4330 sobre as terceirizações, que está prestes a ser votado, é um tema que pode mobilizar o setor privado, incorporando ainda mais categorias a essa jornada, em particular a classe operária. *"Podemos discutir isso nas fábricas, nos canteiros de obras, debater no próprio serviço público"*, disse o dirigente da CSP-Conlutas.

"Precisamos unir o conjunto das organizações sociais e políticas na luta, construir uma alternativa dos trabalhadores pra essa crise que o país vive", defendeu Zé Maria, presidente nacional do PSTU.

Plenárias nos estados

Para organizar essa jornada e firmar essa alternativa, a plenária lembrou a orientação de preparação de plenárias nos estados e regiões. Além de fazer avançar a construção dessas mobilizações, as plenárias podem ampliar o leque de organizações e movimentos dispostos a lutar contra os ataques do governo e que estão agora mobilizados por pautas mais específicas, como a luta pela água ou contra o aumento do transporte coletivo. ■

Uma saída dos trabalhadores para a crise

Confira a pauta definida pelo Espaço Unidade de Ação. Essa pauta é apenas uma referência para a organização da Jornada de Lutas, estando aberta à incorporação de outras bandeiras e mobilizações pelos setores que queiram se somar:

- Defesa dos empregos e contra as demissões
- Contra as MPs 664 e 665
- Contra o ajuste fiscal pelo governo gederal e pelos governos estaduais e municipais
- Contra as privatizações
- Contra a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza
- Defesa do direito à água
- Pela moradia e pela reforma urbana
- Prisão dos corruptos e corruptores
- Petrobras 100% estatal

Dia 26 é dia de luta pela educação

Janaína Oliveira, da ANEL, convoca o dia de luta pela educação.

O dia 26 de março, que já vinha sendo organizado como Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação, inicialmente convocado pela ANEL, pelo Juntos e pela Esquerda da UNE, foi incorporado por sindicatos da educação, como o Sindicato dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ), o Sindicato dos Educadores de Minas Gerais (Sindiute), bem como entidades nacionais como o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe).

Essa data, porém, não deve ficar só na pauta de educação. Ainda no dia 26, haverá um protesto na Petrobras durante uma reunião do Conselho Administrativo da empresa, organizado pela Frente Nacional dos Petroleiros (FNP). Além da prisão dos corruptos da Lava-Jato, a manifestação reivindicará o fim da privatização da empresa e uma Petrobras 100% estatal.

Opinião

Sebastião Carlos Cacau
da CSP-Conlutas

Um chamado às centrais sindicais

Rompam as negociações com o governo e se somem à construção de uma Greve Geral

Centrais sindicais como CUT, Força Sindical e CTB se declararam contrárias às Medidas Provisórias 664 e 665 que retiram direitos trabalhistas e previdenciários (ver páginas 8 e 9). No entanto, foi noticiado recentemente pela imprensa que seus dirigentes estavam em Brasília articulando com o governo federal e parlamentares pequenas mudanças em alguns pontos dessas MPs. Ou seja, estão rifando os direitos dos trabalhadores.

As MPs estavam para entrar em votação no Congresso Nacional. Os trabalhadores não podem aceitar que essas entidades negociem a retirada de direitos em seu nome. Fazemos um chamado à CUT, à Força Sindical e às demais centrais a não aceitarem essas medidas do governo e a se somarem à organização da luta contra esses ataques, preparando conosco e demais setores combativos uma Greve Geral.

Além das centrais sindicais, esse chamado à construção de uma Greve Geral se estende aos partidos de oposição de esquerda, como o PSOL e o PCB, além de organizações como o MTST e setores da própria base do PT, descontentes com os rumos desse governo e com os sucessivos ataques à classe trabalhadora.

O que se disse:

"Pra nós, assalariados rurais do agronegócio, essa reunião e esse espaço tem uma importância muito grande. Estamos passando pela mesma coisa que os metalúrgicos da indústria, não têm diferença. Então, pra sair dessa crise, precisamos unir os trabalhadores do campo e da cidade."

Rubens Germano, o Rubão
Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp)

"De 7 a 9 de abril precisamos fazer uma forte jornada de lutas em defesa dos nossos direitos. Vamos parar fábricas, fazer protestos e mobilizações. Precisamos colocar os operários nas ruas."

Antônio Ferreira de Barros, o Macapá
Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região

"Essa reunião do Espaço Unidade de Ação é fundamental, sobretudo neste momento de crise pelo qual estamos passando. Precisamos dialogar com a sociedade e, na disputa da consciência da classe trabalhadora, construir um terceiro campo."

Amauri Medeiros
Andes-SN

"Foi importante porque reuniu vários setores como a CSP-Conlutas, Unidos pra Lutar e vários outros. O desafio agora é colocar em prática um calendário de mobilização dos trabalhadores contra o governismo e a direita."

Altino Prazeres
Sindicato dos Metroviários de São Paulo

"Hoje iniciamos a construção de um novo campo, um campo onde vão estar os lutadores e lutadoras, a juventude e os trabalhadores em unidade, colocando que existe sim alternativa. Que podemos enfrentar o governo, e não precisamos ir à direita para isso."

Janaína Oliveira
Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL)

"Para nós do Juntos, este é um espaço muito importante. Significa a articulação de um terceiro campo frente ao que foi o dia 13 e 15. O dia 26 deve servir de ponte entre a luta das universidades e os trabalhadores."

Cyndi Ishyda
Estudante da USP e do coletivo Juntos

"Acho que é muito importante o espaço que está rolando hoje com várias entidades e várias correntes de esquerda, porque chegamos num ponto que é necessário fazer, de fato, uma união classista. Tamo junto."

Vidal
Família Rap Nacional e grupo de rap Liberdade e Revolução

Chega de Dilma, PT, PSDB e PMDB! É hora d

Mariúcha Fontana
de São Paulo (SP)

A insatisfação e a indignação com o governo Dilma Rousseff (PT) e com o Congresso é geral. A pesquisa Datafolha de 16 de março aponta que 62% da população considera o governo Dilma ruim ou péssimo. A taxa de aprovação é de 13%. Esses números só são comparáveis com os piores momentos de Fernando Collor antes do impeachment, quando 68% o consideravam ruim ou péssimo, e apenas 9% o aprovavam. Lembram, também, os piores dias de FHC (PSDB), em setembro de 1999, quando era aprovado por apenas 13%, e 56% o consideravam ruim ou péssimo.

A atuação do Congresso Nacional é considerada ainda pior que a de Dilma. Apenas 9% consideram boa ou ótima. Para 50% da população, é ruim ou péssima. Os presidentes da Câmara e do Senado, Eduardo Cunha (PMDB) e Renan Calheiros (PMDB), estão na lista dos investigados da Operação Lava-Jato.

A indignação da ampla maioria dos trabalhadores, da classe operária e do povo é mais do que justa. Dilma está jogando o preço da crise econômica sobre as costas dos trabalhadores para garantir o lucro dos banqueiros e das multinacionais. Está tirando dos pobres para dar aos ricos. É por isso que a oposição de direita, com Aécio Neves (PSDB) à frente, está entre os maiores defensores da aprovação do ajuste fiscal que norteia a política econômica do governo.

Os trabalhadores enxergam um estelionato eleitoral por parte de Dilma. Afinal, desde junho de 2013, trabalhadores e juventude exigem mudanças: mais serviços públicos, transporte gratuito e de qualidade, moradia digna, melhores salários e empregos. O PT no governo não conseguiu atender a essas exigências porque, para isso, seria preciso reduzir os privilégios dos ricos e dos banqueiros, os maiores beneficiados nos 12 anos dos governos petistas.

O PSTU sabia que, diante da crise, o PT não faria nada diferente do PSDB, justamente por causa de seus compromissos com banqueiros, empreiteiras, multinacionais e agronegócio. Por isso, defendemos o voto nulo no segundo turno. Dilma mentiu. Prometeu que não tiraria direitos, que protegeria os trabalhadores. Assim ganhou a eleição. Agora, esse seu compromisso fala mais alto, e o governo está tirando direitos dos trabalhadores e permitindo demissões em massa e aumentos de tarifas.

Os

SEGURO-DESEMPREGO tempo mínimo de contr ção para ter acesso ao ben passa de seis para 18 mese

ABONO SALARIAL: O be cio, equivalente a um sa mínimo pago anualment pago a quem trabalhass mínimo, 30 dias no ano. A só vai ser pago pra quem t lhar seis meses.

PENSÃO POR MORTE: A p diminuiu de 100% do salá segurado para 50%, mais por dependente até o limi 100% do antigo salário.

Organizadores são de direita

Os principais grupos que convocaram a manifestação do dia 15 foram o Vem pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e Revoltados Online. Veja o que pensa cada um deles.

Vem pra Rua – Seu líder, o engenheiro e empresário Rogerio Chequer, disse, em entrevista ao programa Roda Viva: "Temos três pilares do Vem Pra Rua, exigimos uma separação entre poderes; exigimos liberdade de expressão e não queremos que ocorra a democratização da mídia". Eles se dizem suprapartidários, mas apoiaram Aécio Neves no segundo turno das eleições.

Movimento Brasil Livre (MBL) – Defende propostas como *"promover respostas do livre mercado para os problemas do país"*. Eles não escondem a origem: *"Começamos a trabalhar juntos no segundo turno das eleições, não como MBL, apenas como colegas. Decidimos fazer algo para impulsionar a campanha do Aécio"*, dizem no site. O grupo defende privatizações, apoio a reformas trabalhistas e previdenciárias, menos impostos, entre outras propostas. Apoiam o deputado estadual Marcel Van Hattem (PP-RS), que, entre outras questões, defende que lugar de sem-terra é na cadeia.

Revoltados *online* – É um grupo de extrema direita dedicado à calúnia, difamação e tem participação em golpes na internet. Eles dizem não defender ditadura militar, apenas intervenção militar.

Dia 15: classe média foi às ruas c

Os atos do dia 15, apoiando-se no sentimento majoritário e progressivo de oposição e de indignação contra o governo do PT, acabaram tendo, na sua condução, grupos de direita e participação explícita de partidos da oposição de direita como o PSDB e o DEM. Eles tentam se beneficiar da crise do governo para capitalizar eleitoralmente a indignação popular.

No dia 15, houve uma participação majoritária e expressiva da classe média, especialmente de seus estratos mais elevados, que foram às ruas contra o governo e a corrupção. Uma pesquisa do Datafolha mostra que 22% dos manifestantes da Avenida Paulista recebem entre 10 e 20 salários mínimos, e 19% ganham mais de 20 salários mínimos por mês. Uma parte desse setor não esconde o ódio e o preconceito contra os trabalhadores e o povo pobre.

Os grupos que a convocaram, porém, buscaram sensibilizar pela indignação geral e não por pautas impopulares, como a defesa das privatizações, por exemplo. A cobertura da televisão também foi no mesmo sentido. Uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo,

ligada ao PT, apontou a corrupção como principal motivação que levou as pessoas às ruas no dia 15: 56%, seguida do posicionamento pela oposição ao governo e impeachment (32%). O Datafolha apontou os mesmos resultados.

Mas não foi por acaso que as bandeiras dos trabalhadores – luta contra retirada de direitos, aumento das tarifas e demissões – não apareceram nas manifestações. Isso aconteceu porque quem esteve por trás dos grupos que convocaram a manifestação era gente do PSDB e do DEM. Havia, também, grupos que reivindicam a volta do regime militar.

Esses grupos apoiam as medidas de ajuste fiscal do governo do PT contra a classe trabalhadora. Já os que defendiam a volta do regime militar eram minoritários, embora seja repugnante ver essa gente que defende a ditadura, a tortura e a perseguição serem aceitos em manifestação.

e a classe trabalhadora entrar em campo!

s motivos da indignação

O: O ribui- efício es.

enefí- lário e, era e, no gora, raba-

ensão rio do 10% ite de

AUXÍLIO-DOENÇA: O trabalhador que ficasse mais de 15 dias afastado recebia do INSS após o 15º dia. Agora, passa a receber do governo após o 30º dia.

AUMENTO DA TARIFA DE LUZ: A conta vai subir, em média 55%, podendo chegar a 100% para os mais pobres.

PROJETO DE LEI 4.330: Libera as terceirizações, inclusive nos setores da economia em que ainda não existem.

CORTES NO ORÇAMENTO DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE: 47% do Orçamento foi destinado ao pagamento da dívida aos bancos. Com o ajuste fiscal, o governo vai realizar cortes nas verbas sociais e dar uma fatia ainda maior para os banqueiros.

DEMISSÕES: Só a construção civil fechou 241.580 postos de trabalho desde setembro de 2014 segundo o Caged. As demissões não param no setor industrial.

ontra o governo e a corrupção

Os principais grupos de direita que convocaram o dia 15 apresentaram-se como "Sem políticos. Sem partidos. Só povo", como o grupo Vem pra Rua, no Facebook. Mas eles apoiaram o candidato do PSDB nas eleições, e inúmeras denúncias os ligam aos partidos de direita.

Em artigo no jornal Folha de S. Paulo, no dia 24, o sociólogo da USP e membro do PT, André Singer, distoando de análises como as do MST, disse que os protestos do dia 15 foram "*manifestações grandes, particularmente em São Paulo. (...) porém, de certa maneira, moderado*". O sociólogo ainda avaliou: "*Há grupos extremistas que pedem golpe militar, mas são pequenos. (...) O 15 de março foi mais um modo de extravasar o descontentamento (...). Nesse sentido, é um movimento que ainda não tem uma direção definida*".

A manifestação, embora tenha por trás dos grupos que a organizaram a oposição de direita e era formada, majoritariamente, por setores de classe média que respondem a um ideário de centro-direita, não inaugura uma onda conservadora no país. Pelo contrário, a classe operária e toda a classe trabalhadora estão para lá de indignados com o governo federal do PT e com todos os governadores do PSDB, do PMDB e demais partidos que aplicam o ajuste fiscal, além do próprio Congresso Nacional corrupto.

O PSTU não convocou o dia 15 porque não falava dos direitos dos trabalhadores e defendia o impeachment através do Congresso, que entrega o poder para o vice Michel Temer ou para Eduardo Cunha, ambos do PMDB.

Os trabalhadores e os setores populares precisam entrar em campo contra o governo e contra a oposição de direita, impondo suas reivindicações e não permitindo a retirada de direitos. Assim, se pode também responder às angústias de um setor expressivo da classe média que está indignada, com razão, e ganhar parte dela para a luta dos trabalhadores.

É preciso uma greve geral contra os ataques do governo

A classe trabalhadora e os setores populares, que são a grande maioria no país, precisam entrar em campo de forma massiva e organizada. O caminho é a convocação de uma Greve Geral que paralise os trabalhadores de todo o país.

O PSTU apoia as iniciativas da CSP-Conlutas e do Espaço Unidade de Ação e se soma ao chamado à CUT, ao MST e demais centrais sindicais e movimentos para organizarmos uma Greve Geral que impeça a retirada de direitos, as demissões e os aumentos. Fazemos um chamado também aos partidos de oposição de esquerda, como o PSOL e PCB, e à organizações como o MTST para que defendamos juntos a necessidade dessa greve geral.

Opinião

Zé Maria
Presidente Nacional do PSTU

Os ricos é que devem pagar pela crise

Com nossa luta, podemos impedir os ataques aos direitos, acabar com a corrupção e garantir emprego, salário, moradia, transporte, educação e saúde públicas e as mudanças que o país precisa. Os ricos é que devem pagar pela crise.

- Suspensão do pagamento da dívida aos banqueiros: os banqueiros ficam com 47% de tudo que se arrecada em impostos. Os cortes no Orçamento são para destinar mais dinheiro aos banqueiros.
- Proibir a remessa de lucros das multinacionais para o exterior: as multinacionais que demitem enviam para fora do Brasil bilhões que, se aqui ficassem, garantiriam os empregos e desenvolveriam o país.
- Garantir a Petrobras 100% estatal e sob o controle dos trabalhadores.
- Estatizar, sem indenização, as empresas que demitirem, e reestatizar as empresas que foram privatizadas.
- Estatizar o sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores.
- Por na cadeia todos os corruptos e corruptores e confiscar seus bens.

Nessa luta, devemos reforçar a nossa organização e o controle dos trabalhadores: organizar assembleias, coordenações e comandos de luta ou de greves nos locais de trabalho e de moradia e democratizar radicalmente os sindicatos. A base tem de participar e decidir tudo. Reforçar as organizações de trabalhadores e da juventude que são independentes dos patrões e dos governos, como a CSP-Conlutas, o Espaço Unidade de Ação e a ANEL.

Assim, podemos construir uma alternativa dos debaixo. O Brasil precisa de um governo dos trabalhadores, sem patrões e sem corruptos, que possa governar apoiado na nossa organização e luta e não nessa falsa democracia corrupta dos ricos.

“Nosso país é o mais lucrativo do mundo para os bancos”

No dia 9 de março, a trabalhadora bancária Juliana Donato foi eleita com mais de 27 mil votos para representante dos funcionários no Conselho de Administração do Banco do Brasil. Na entrevista ao Opinião, ela faz uma análise da eleição, explica como o Banco do Brasil vem perdendo seu caráter público e fala da perseguição que sofre em razão de suas atividades sindicais. Confira.

Da redação

Sua candidatura venceu com mais de 6 mil votos de diferença em relação ao candidato apoiado pelo governo. Como você explica isso?

Juliana Donato – A principal explicação é a atual rejeição ao governo entre os bancários. Muitos votaram em Dilma no segundo turno achando que o governo do PSDB significaria, além de muitos outros ataques aos trabalhadores, a privatização dos bancos públicos. Mas, poucos dias após sua eleição, Dilma começou a implementar o programa do Aécio. Anunciou a intenção de abrir o capital da Caixa Econômica Federal, o que seria uma forma de privatização desse banco. Isso sem falar nas medidas que atacam direitos trabalhistas, do tarifaço e dos escândalos de corrupção. A resposta dos bancários foi votar contra o candidato apoiado pelos Sindicatos governistas da Contraf-CUT [Confederação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro], numa candidata independente do banco e do governo. A perseguição do BB [Banco do Brasil] contra mim só fez comprovar perante os bancários essa minha independência. Outro motivo foi pelo fato de eu ser mulher. O BB é um banco extremamente machista, que não tem nenhuma mulher na sua diretoria. Votaram numa mulher lutadora para lutar contra o machismo no banco.

O BB vem perdendo seu caráter de banco público. Como você vê isso?

Juliana – Nosso país é o mais lucrativo do mundo para os bancos. Eles detêm grande parte dos títulos da dívida pública, remunerados a partir da taxa Selic, que continua sendo uma das mais altas do mundo: 12,65% ao ano! Além disso, as altíssimas taxas de juros e tarifas cobradas da população mais pobre garantem os lucros recordes. O pior de tudo é que este papel é desempenhado não somente pelos bancos privados, mas também pelos públicos, particularmente o BB. Para oficializar isso, recentemente, o BB mudou seu slogan para “Banco de Mercado com Espírito Público”. Sua política é expulsar os pequenos correntistas das agências para os correspondentes bancários e oferecer taxas menores aos clientes de alta renda, exatamente como fazem os bancos privados.

O BB tem que deixar de ser um banco comercial e assumir seu papel social, priorizando financiamentos a pequenos agricultores, assentamentos de reforma agrária, moradias populares e crédito a juros baixos para os trabalhadores e pequenos produtores.

Quais serão as diretrizes do seu mandato?

Juliana – Não conseguiremos transformar o BB num banco realmente público somente com minha atuação dentro do Conselho de Administração. Essa transformação se dará somente com muita luta dos trabalhadores. Serei uma representante, mas os outros sete defendem um projeto de banco voltado à obtenção de lucro. Vamos utilizar este mandato para colocar em pauta o projeto de banco público que defendemos: um BB 100% estatal, a serviço dos trabalhadores brasileiros e controlado por eles. Faremos um mandato em estreita relação com os trabalhadores, enfrentando, pra isso, a direção da empresa e o governo.

Você tem sido perseguida pela direção do BB. Como está sua situação hoje?

Juliana – Eu estou suspensa por denunciar ataques do BB aos funcionários e organizar a mobilização contra esses ataques, ou seja, exatamente o que deve fazer uma representante sindical. O BB moveu um processo disciplinar contra mim, questionando meu direito de criticar o banco nas publicações no Facebook e outros sites, e de me reunir com os colegas que me elegeram. É um verdadeiro exemplo de prática antissindical. Vamos recorrer de todas as formas possíveis e pedir a solidariedade dos colegas para defender nosso direito de lutar. ■

> “Eu estou suspensa por denunciar ataques do BB aos funcionários e organizar a mobilização contra esses ataques

CAREF

O CAREF é o representante eleito pelos funcionários para fazer parte do Conselho de Administração do BB. Além dele, o conselho é formado pelo presidente da empresa, três representantes do Ministro da Fazenda, um do Ministro do Planejamento, dois da Previ (fundo de pensão dos funcionários do BB), representando os acionistas minoritários. O Conselho delibera sobre as estratégias do banco, orçamento, investimentos etc.

Educação

Professores cruzam os braços em São Paulo e no Pará

À esq.: assembleia de professores reúne milhares no vão do MASP em São Paulo. À dir.: professores do Pará votam pela continuidade da greve.

Da redação

Nem a chuva forte abalou os ânimos dos milhares de professores da rede estadual de São Paulo que participaram em peso da assembleia no vão livre do Masp, no dia 20 de março. A categoria decidiu manter a greve por tempo indeterminado. Na sequência, os professores deram uma grande demonstração de força. Mais de 40 mil tomaram a Avenida Paulista e seguiram em passeata pelo centro da capital paulista.

Até o momento, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), mantém uma postura intransigente e não apresentou nenhuma proposta para os professores. Alckmin tentou intimidar a greve e ameaçou colocar substitutos nas salas de aula. Mas os trabalhadores continuam com muita disposição de luta, e 60% das escolas estão paradas, o que representa a adesão de 137 mil profissionais.

Em 2015, o governo tucano reduziu em 41% o investimento em educação. Como resultado, o governo fechou 3.323 turmas nas escolas públicas. A categoria reivindica 75,33% de reajuste salarial, rumo ao piso do Departamento Intersindical de Estatística para Estudos Socioeconômicos (Dieese), para 20 horas de trabalho. Também exige equiparação salarial com os profissionais com formação de nível superior. Os professores lutam, ainda, pela redistribuição de alunos por sala de aula, contra a superlotação e as contratações precárias, por melhores condições de trabalho e infraestrutura nas escolas, entre outras coisas.

Greve no Pará

No Pará, professores da rede estadual decidiram deflagrar greve por tempo indeterminado a partir do dia 23. A Oposição Luta Educador, que constrói a CSP-Conlutas no estado, esteve presente. Os professores sofrem redução salarial com implementação da lotação 2015, imposta pelo governo de Simão Jatene (PSDB), além de permanecerem sem previsão de pagamento do piso nacional.

Outras greves começam a pipocar pelo país. No dia 20 de março, profissionais da educação básica de Roraima cruzaram os braços. Em Boa Vista, 80% das escolas aderiram ao movimento. Em Pernambuco, professores da rede estadual decidiram manter estado de greve, decretado no dia 13 de março. Nos dias 25 e 26, os professores paralisam suas aulas. ■

Nem Alckmin, nem Dilma

Durante a assembleia que deflagrou a greve dos professores em São Paulo, no dia 13 de março, a direção da Apeoesp (sindicato) tentou enganar os professores e fazê-los participar da passeata em defesa do governo Dilma. Mas a manobra não deu certo. O professor João Zafalão, da Oposição Alternativa, tomou o microfone e disse: *"Ao final da assembleia, vai se realizar aqui um ato da CUT pra defender a Dilma. Nós não vamos participar desse ato. A nossa luta é a dos trabalhadores. É chamar uma greve geral nesse país, nem PT, nem PSDB"*. Os professores se recusaram a ser massa de manobra. Mais da metade não seguiram a orientação da CUT e fizeram uma passeata até a Praça da República, junto com o carro de som da Oposição Alternativa.

Garis do Rio enfrentam PMDB e conseguem 8% de reajuste

A greve dos garis do Rio de Janeiro, iniciada em 13 de março, acabou no dia 20 após quatro horas de reunião no Ministério do Trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ) tinha considerado a greve ilegal, numa tentativa de desmobilizar os trabalhadores, mas sem sucesso. Os garis garantiram 8% de reajuste salarial, pagamento de horas extras aos responsáveis pela coleta e R$ 800 de auxílio-funeral. A proposta inicial da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) era de apenas 3%.

Foto: Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Repressão

"Se montar uma barraquinha no Comperj, consigo 18 mil garis", provocou o prefeito Eduardo Paes (PMDB) em entrevista. A afirmação faz alusão às milhares de demissões no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Paes chegou a colocar jovens e idosos para realizar o trabalho. Os garis receberam SMS e telefonemas com ameaças de demissão. As lideranças da greve receberam um Interdito Proibitório para mantê-los distantes 500 metros das gerências de limpeza e impedir que chegassem aos demais trabalhadores. Em nome desse Interdito, guardas municipais atacaram Célio Gari, um dos líderes da greve, com um mataleão quando esse tentava falar aos companheiros na gerência localizada no Flamengo.

"Nossa luta nunca foi somente por salário. Ela é principalmente para quebrar uma invisibilidade de décadas. Hoje somos vistos e respeitados por todos. Estamos conseguindo entender que somos aqueles que previnem a cidade de ficar doente", disse Celio.

Em tempo

Na audiência no TRT, todos os magistrados que se pronunciaram foram a favor do abono dos dias parados. Mas a Comlurb não aceitou, demostrando que deseja castigar os trabalhadores. Quando fechávamos essa edição, os garis estavam exigindo do sindicato uma nova assembleia e uma passeata nos próximos dias.

Nicolás Maduro e o fantasma da invasão norte-americana

Muitos trabalhadores brasileiros têm dúvidas sobre o caráter do governo venezuelano. Afinal de contas, no início de março, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, declarou que a Venezuela representa uma ameaça à segurança nacional. Há possibilidade de uma invasão do imperialismo ianque?

Euclides Agrela
de Fortaleza (CE)

É preciso repudiar qualquer tentativa dos EUA de invadir a Venezuela. O governo Obama carece de autoridade moral e política para exigir respeito aos direitos humanos e democráticos em qualquer país do mundo. No entanto, neste momento, não há nenhuma possibilidade de invasão ou de golpe militar naque país por dois motivos.

O primeiro é que, apesar da guerra verbal e diplomática de Obama e Maduro, quase metade do petróleo da Venezuela continua sendo vendido aos Estados Unidos. Sem falar que as petrolíferas norte-americanas, como Chevron, Weatherford, Halliburton e Schlumberger, continuam explorando o petróleo venezuelano por meio de empresas mistas com a Petróleos de Venezuela (PDVSA), a Petrobras de lá. Além disso, o governo continua pagando a dívida externa aos bancos norte-americanos. É no mínimo estranho que Maduro continue enviando petróleo e dinheiro para quem lhe ameaça com uma invasão militar.

Em segundo lugar, Maduro possui absoluto controle sobre a alta oficialidade das Forças Armadas da Venezuela, que detém cargos nos ministérios e a direção de empresas e órgãos públicos. A oposição de direita, desde o fracasso do golpe de 2002 contra o falecido presidente Chávez, perdeu o controle da PDVSA e a influência sobre a alta oficialidade, passando à luta meramente eleitoral.

Conclusão: Maduro cria o fantasma de uma suposta invasão ou golpe militar para assustar os trabalhadores e o povo venezuelanos.

O que há por trás do fantasma da invasão ou golpe militar?

Em resposta a Obama, Maduro solicitou poderes especiais para governar por decreto. Com isso, busca desviar a atenção da inflação dos preços dos alimentos, do desabastecimento, do arrocho dos salários, do desemprego e do aumento da pobreza.

Enquanto os trabalhadores pagam o preço da crise econômica, Maduro beneficia banqueiros e importadores com a concessão de milhões de dólares, faz um pacto com a Federação das Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (Fedecamaras, uma entidade dos patrões) para facilitar demissões em empresas como a Chrysler, Ford e Toyota e ameaça com um aumento do preço da gasolina.

Lutar contra o imperialismo e o governo Maduro

A melhor maneira de os trabalhadores venezuelanos defenderem seu país contra o imperialismo norte-americano é impondo ao governo Maduro, na luta, a suspensão imediata do pagamento da dívida externa, o fim das empresas mistas com as multinacionais do petróleo e uma PDVSA 100% estatal, o congelamento dos preços dos alimentos, a garantia do abastecimento dos gêneros de primeira necessidade, o aumento geral dos salários e a proibição das demissões. ■

Criminalização das lutas dos trabalhadores

Os meios de comunicação falam somente das prisões dos opositores de direita, como o prefeito de Caracas, Antônio Ledezma, e Leopoldo López, da Mesa de Unidade Democrática (MUD).

No entanto, desde 2006, centenas de processos judiciais foram abertos contra trabalhadores por realizarem assembleias, greves e protestos. Atualmente, estão detidos quatro trabalhadores das empresas básicas de Guayana: Rodney Álvarez, da Ferrovia Mineira do Orinoco (Ferrominera); Leinys Quijada, Rederick Leiva e Herberto Bastardo, da Siderúrgica do Orinoco (Sidor).

É preciso repudiar a criminalização do movimento sindical e popular pelo governo Maduro, exigir o fim de todos os processos judiciais e a libertação dos dirigentes sindicais presos.

SAIBA MAIS!

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES NA VENEZUELA*

- A Inflação superou 63,6%.
- Alimentos e bebidas não alcoólicas tiveram preços aumentados em 92,9%.
- 3 milhões e 500 mil famílias são pobres: não têm condições de satisfazer necessidades de alimentação, moradia, educação e saúde.
- 1 milhão e 200 mil famílias ingressaram recentemente na condição de pobres.
- 1 milhão e 700 mil famílias estão em situação de pobreza extrema.
- A pobreza atinge metade da população: 48,4% das famílias ou 15 milhões de pessoas.

Fonte: pesquisa sobre Condições de Vida da População Venezuelana. Universidades Andrés Bello, Simón Bolívar e Central da Venezuela, 2014. Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Banco Central da Venezuela (BCV), 2014.

O que é o Estado Islâmico?

Da redação

A organização Estado Islâmico (EI), chamado de Daesh no mundo árabe, controla parte do território do Iraque e da Síria, onde sua atuação brutal o tornou famoso.

Devido à sua defesa de um califado islâmico e aos seus métodos brutais, a grande imprensa classifica o EI como uma organização medieval. No entanto, o EI é uma organização dos tempos atuais. Ele é capitalista, pois defende o direito de os burgueses explorarem os trabalhadores e camponeses. Além disso, é totalitário: governa desenvolvendo uma guerra contra a população, a exemplo do regime fascista na Itália e do nazismo na Alemanha. O EI defende uma visão estrita do Islã que é rejeitada pela ampla maioria dos muçulmanos.

Origem: dividir a resistência iraquiana

O EI surgiu no Iraque a partir de uma ruptura do grupo Ansar al-Islam, ligado à Al-Qaeda. Após a invasão do Iraque pelas tropas americanas, em 2003, a maioria do povo iraquiano (de todas as religiões, principalmente sunitas e xiitas) se levantou contra a ocupação americana e o regime iraquiano, implantado pelos Estados Unidos com o apoio do Irã.

O papel do grupo Ansar al-Islam foi de dividir a resistência iraquiana. Seu alvo principal era a população xiita e curda e não a ocupação americana. Eles realizavam ataques e explosões contra mesquitas, bairros e cidades xiitas, dividindo e enfraquecendo a resistência popular contra a ocupação. Para isso, contou com o patrocínio de grupos capitalistas sauditas e de outros países do Golfo Pérsico que temem que a vitória da resistência iraquiana coloque em risco seu poder em toda a região.

Militantes do Estado Islâmico destroem relíquias da civilização Assíria. Abaixo, prisioneiros são exibidos num vídeo de propaganda.

Contra a revolução síria

O EI cumpre o mesmo papel na Síria. Atua apenas nas áreas libertadas pela revolução, promovendo massacres de opositores e de grupos de outras religiões, como é o caso dos curdos. Raramente, entra em confronto contra as forças do regime sírio. Ao contrário, ataca as forças que combatem o regime do ditador Bashar Al-Assad principalmente o Exército Livre da Síria mas também a Frente Islâmica, a Frente al-Nusra e outras.

> "O Estado Islâmico atua apenas nas áreas libertadas pela revolução síria, promovendo massacres de opositores e de grupos de outras religiões, como é o caso dos curdos

Além da venda de petróleo ao regime sírio, o Estado Islâmico se financia recolhendo impostos da população e do comércio e, também, cobrando do resgate de sequestros. É apoiado por setores burgueses dos países do golfo (principalmente da Arábia Saudita e do Qatar) e pela Turquia, que permite a livre movimentação de seus integrantes na fronteira. Os países do golfo e a Turquia não querem uma vitória da revolução síria. Eles sabem que a vitória da revolução provocará uma onda em toda a região que ameaçará todos os regimes, todos eles impopulares e ligados direta ou indiretamente aos Estados Unidos.

A hipocrisia americana

O objetivo dos Estados Unidos é o fim da resistência iraquiana e da revolução síria. Eles também querem enfraquecer, mas não eliminar o EI. Se quisessem eliminá-lo, os Estados Unidos entregariam armas para as forças da revolução síria e da resistência iraquiana, os únicos que lutam para liquidar o EI. Ao contrário, os EUA utilizam o combate ao EI para intervir na região, atacando não só as bases da organização, mas também de grupos que combatem o regime sírio, como a Frente al-Nusra, além de aterrorizar toda a população. Foram 2.893 ataques aéreos feitos pela coalisão de mais de 60 países desde 8 de agosto de 2014. ■

Lutar contra quem?

Sem dúvida, a libertação dos povos árabes passa pela vitória da revolução síria e da resistência iraquiana contra os seus respectivos regimes e, também, pela derrota do Estado islâmico, dos governos árabes e das forças imperialistas.

São inimigos poderosos, mas que podem ser vencidos pela mobilização dos trabalhadores e dos camponeses na região e pela solidariedade internacional dos trabalhadores de todo o mundo.

DAESH

Sigla em árabe que significa Estado Islâmico do Iraque e do Levante. O Levante compreende Síria, Líbano, Palestina e Jordânia.

Golfo Pérsico

Os países dessa região são Arábia Saudita, Kuwait, Qatar, Bahrein, Emirados Árabes e Omã.

Ditadura nunca mais!

No dia 31 de março, completam-se 51 anos do golpe militar que derrubou o presidente João Goulart, o Jango, e deu início à ditadura militar

Atrocidades da ditadura contra a tribo Cinta Larga foram expostas no Relatório Figueiredo. Depois de atirar na cabeça de um bebê, os assassinos cortaram a mãe ao meio com um machado

Comício das Diretas Já em São Paulo, 1984

Da redação

O golpe de 1964 foi apoiado, preparado e financiado por empresários, por multinacionais e pelos Estados Unidos, que temiam que o governo do então presidente João Goulart não conseguisse conter as lutas travadas pelos trabalhadores. Na época, os trabalhadores realizaram centenas de greves e lutas por salário e direitos. Entre 1962-64, aconteceram 176 greves. No campo, as Ligas dos Camponeses enfrentavam o latifúndio, ocupavam terras e exigiam reforma agrária.

Todas essas lutas obrigavam os patrões e o governo a fazerem concessões. Por exemplo, o 13º salário foi uma conquista das greves dessa época, sendo instituído por Goulart em 1962. Outro exemplo é a instituição da lei sobre as remessas de lucros, que proibia as multinacionais de mandar dinheiro para fora do país. Os lucros deveriam ser reinvestidos no Brasil. O embaixador norte-americano Lincoln Gordon ficou furioso, e Goulart não assinou a lei. Mas como as mobilizações continuaram, em janeiro de 1964, Jango se viu obrigado a assiná-la.

Apesar de ser obrigado a fazer concessões, Goulart tentava implementar uma política de estabilização financeira baseada no congelamento salarial. O FMI e o governo dos EUA exigiam a implementação desse programa de arrocho, mas atender às exigências só seria possível reprimindo as greves.

Em 13 de março, o comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, reuniu 300 mil pessoas. Novamente pressionado, Jango decretou a nacionalização das refinarias de petróleo e desapropriou, para a reforma agrária, propriedades às margens de ferrovias e rodovias. A resposta veio alguns dias depois quando militares derrubaram o presidente e instauraram o regime autoritário.

Os EUA prepararam a chamada Operação Brother Sam para apoiar o golpe. Caso houvesse alguma reação popular, tropas norte-americanas poderiam invadir o Brasil.

O golpe derrotou as greves operárias, esmagou as lutas travadas no campo, fechou sindicatos, prendeu e torturou militantes, proibiu a existência de partidos políticos e cassou mandatos parlamentares. Assim, com mão de ferro, o regime militar conseguiu impor o aumento do arrocho salarial e fez com que sua política econômica fosse inquestionável. ■

Um país endividado

Os anos entre 1968 e 1974 foram marcados pelo chamado milagre econômico. Na época, a economia crescia com taxas acima de 10% ao ano. O ministro da Economia da ditadura, Delfim Netto, dizia que era preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo. Mas o bolo cresceu e nunca foi dividido. Na verdade, houve um aumento da desigualdade social. Os 10%, mais ricos que detinham 38% da renda em 1960, chegaram a ter 51% da renda em 1980. Já os mais pobres, que tinham 17% da renda nacional em 1960, caíram para 12% vinte anos depois. O salário também foi achatado. Em 1974, o poder de compra do salário representava a metade do que em 1960.

O crescimento da economia só aconteceu porque as empresas e as multinacionais foram fazendo empréstimos em bancos do exterior. Depois, foram as estatais que pegaram empréstimos lá fora. O resultado de tudo isso foi o endividamento brutal do país. Durante a ditadura, a dívida externa passou de cerca de US$ 3 bilhões, em 1964, para US$ 100 bilhões, em 1984.

Corrupção rolou solta

A ditadura foi tão corrupta quanto os governos democráticos. Bilhões foram desviados das obras faraônicas da ditadura (Rodovia Transamazônica, usinas Angras 1, 2 e 3 e hidrelétrica de Itaipu, entre outras). Como não havia nenhuma fiscalização, e a ditadura não prestava contas dos gastos públicos, nunca saberemos exatamente o quanto foi desviado. Além disso, a imprensa estava sob censura, e qualquer notícia sobre corrupção era barrada. Ou seja, se você denunciasse um corrupto, podia ir para a cadeia.

Repressão a greve no ABC (Foto: Roberto Faustino)

Trabalhadores foram as maiores vítimas da ditadura

Nas manifestações do dia 15, vários grupelhos de extrema direita defenderam a volta da ditadura. A defesa da volta dos militares ao poder foi minoritária no ato da Avenida Paulista. Uma pesquisa indica que apenas 10% dos presentes defenderam isso. Na passeata da CUT, no dia 13, também havia os que defendiam a ditadura: eram 6%.

A ditadura representou um dos períodos mais cruéis da história do país. Ao contrário do que dizem seus defensores, a corrupção corria solta. Manifestações e greves foram proibidas, e a imprensa foi censurada. Prisões e torturas de opositores eram rotina.

Muitas das obras faraônicas da ditadura foram construídas com o sangue dos trabalhadores. Por exemplo, a construção de Itaipu provocou a morte de pelo menos 145 operários. Calcula-se que milhares de indígenas e camponeses foram assassinados, principalmente na Amazônia, no momento em que a ditadura resolveu construir hidroelétricas e estradas por lá.

A ditadura levou o país a uma tremenda crise econômica. O resultado foi a explosão da revolta social. Em 1984, o povo realizou os maiores protestos da história com as campanhas das "Diretas Já". Poucos anos depois, a ditadura caiu. Quem defende a volta dos militares não sabe o que fala. Mas o povo não esquece. Ditadura nunca mais!

O primeiro da história

144 anos da Comuna de Paris

Pouco menos de um século após a burguesia chegar ao poder na França, eclodia a primeira experiência de poder operário do mundo: a Comuna de Paris. O país mal havia se recuperado da Revolução Francesa (1789) quando teve de enfrentar uma nova revolta em 1848, quando foi derrubado o rei Luís Filipe d'Orleans.

Foram, então, realizadas a primeira eleição para presidente, que terminou com a vitória de Carlos Luís Bonaparte (sobrinho de Napoleão). Entretanto, três anos após ser eleito, Luís deu um golpe de Estado e proclamou-se Napoleão III, imperador da França. A exemplo de seu tio Napoleão, Luís começou a intervir na política internacional participando da Guerra da Crimeia e da Segunda Guerra do Ópio, quando se apoderou da Cochinchina (sul do Vietnam) e outros episódios. E, claro, não demorou para que aparecessem os inimigos. Em 1870, por conta da sucessão da Espanha, Luís entrou em guerra contra a Prússia (um dos reinos que feu origem à Alemanhã). Acontece que os prussianos, comandados por Otto Von Bismarck, estavam muito mais preparados e não demoraram a derrotar os franceses. Luís Bonaparte foi capturado e obrigado a assinar um termo de submissão da França à Prússia.

Se já não bastasse o primeiro, depois do segundo Bonaparte os trabalhadores franceses não tiveram dúvidas: decidiram tomar nas próprias mãos o futuro da França. Armados, fizeram barricadas nas ruas de Paris e resistiram à invasão prussiana e ao próprio exército francês, além de comandarem a cidade. Baseados na Primeira Internacional dos Trabalhadores, a Comuna de Paris – primeira república operária da história – adotou um programa de caráter socialista.

Trabalhadores franceses ocupam as ruas da cidade em 1871.

A experiência operária durou cerca de quarenta dias apenas, mas conseguiu vitórias importantes, como redução da jornada de trabalho, abolição dos descontos salariais, igualdade entre os gêneros, desapropriação das residências vazias, fim da pena de morte, duplicação do salário dos professores entre outras coisas. Infelizmente, a Comuna foi derrotada quando o próprio governo provisório francês enviou 100 mil soldados para enfrentar cerca de 15 mil *communards* (como eram chamados os integrantes da Comuna). Ao todo, estima-se que cerca de 80 mil pessoas foram mortas.

Apesar do fim trágico, a experiência parisiense deixou importantes lições. Principalmente para pensarmos uma teoria da revolução e do Estado. Também ajudou os marxistas a entenderem que a simples luta pela democracia não levará, necessariamente, os trabalhadores ao poder. Nem garantirá um governo justo da classe operária. Na verdade, a história tem provado que a insurreição revolucionária ainda é a saída. ■

Leia mais

"Marx e Engels e as avaliações estratégicas após a derrota da Comuna de Paris", por Valerio Arcary

Acesse nosso site:
http://pstu.org.br/node/16367

21 de março

Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial

No dia 21 de março, comemorou-se o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial. A data foi escolhida por causa de um massacre em Gauteng, na África do Sul. Em 1960, cerca de 20 mil pessoas realizavam um protesto pacifico contra a discriminatória "lei do passe", que obrigava os negros a portarem uma caderneta (passe) com informações como etnia e profissão, além de lugares onde eles poderiam circular.

A policia sul-africana conteve o protesto a rajadas de metralhadora, deixando 69 mortos e 186 feridos. Essa tragédia fez com que o mundo voltasse os olhos para a África e seu vergonhoso regime do *Apartheid*.

O episódio ficou conhecido na história como massacre de Sharpeville (bairro onde aconteceu). Em nome desse, fato o movimento negro exige das nações unidas que a data seja instituída como O Dia Internacional de Combate a Discriminação Racial.

O PSTU relembra o dia como mais um dia de luta de combate ao racismo e à discriminação racial. Por isso, defendemos a retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti; a desmilitarização da PM e a titularização imediata das terras quilombolas.

Terceira idade também ama

A sugestão da cena do beijo foi da própria Fernanda Montenegro

Foram nove meses de desconfiança, ambição e assassinatos. As brigas na família eram constantes, e ninguém confiava em ninguém. Tinha, ainda, o simpático e inofensivo mordomo Silviano, que além de esconder um caso com a patroa, convenceu Zé Pedro a matar o próprio pai para assumir o controle da empresa que receberia de herança. Fora isso, foi só excluir três cenas de beijo entre os personagens Cláudio e Leonardo e a novela *Império*, da Rede Globo, terminou bem. Afinal, são coisas da vida e o público aprovou.

Agora, rebuliço mesmo causou o beijo entre Fernanda Montenegro e Nathália Timberg, no primeiro episódio de *Babilônia*, também da Globo. *"Agora acabou de vez"*, exclamou a parcela mais conservadora do público.

Ora, em 2014, Félix e Nico se beijaram no final de *Amor à vida*. Em 2011, o SBT transmitiu uma cena de beijo lésbico em *Amor e revolução*. O próprio PSTU causou polêmica, em 2010, com um beijo gay num programa partidário. O público também desaprovou outras formas de amor, como o casamento interracial entre Sônia (Zezé Motta) e Cláudio (Marcos Paulo), na novela *Corpo a corpo*, de 1984.

Qual a polêmica da vez então? Além do machismo e da lesbofobia, provavelmente a idade do casal. É só fugir um pouco da "família do comercial de margarina" e já tem gente se incomodando. Onde já se viu duas senhoras com mais de 80 anos se beijando e se amando? Que horror... Bom mesmo eram os tempos onde só haviam traições, golpes e assassinatos entre pais e filhos.

A bancada evangélica e algumas congregações já estão chamando boicote à novela. A concorrência já cogitou uma "novela da família brasileira". Resta saber até quando a Globo vai sustentar essa história...

Simplesmente Elis

Há 70 anos, nascia Elis Regina, uma das maiores cantoras e intérpretes da música popular brasileira

Luciana Candido, da redação

Na Vila do IAPI, um conjunto habitacional de operários, em Porto Alegre, cresceu Elis Regina Carvalho da Costa. Com apenas 16 anos, foi descoberta pela gravadora Continental em 1961, mas já cantava desde os onze anos em programas de auditório, como o Clube do Guri, da Rádio Farroupilha.

De família humilde, filha de um operário e de uma dona de casa, Elis deixou o Rio Grande do Sul sem terminar os estudos: *"Combinado estava que eu gravaria o disco, mas que não sairia de Porto Alegre até ter o famoso canudo de papel do Martinho da Vila, o qual eu não tenho, porque cantar era mais importante"*. Foi assim que gravou, aos 16 anos, seu primeiro disco, Viva a Brotolândia.

Foi a música "Arrastão" que a colocou definitivamente na cena musical. Com essa canção de Edu Lobo e Vinícius de Mores, venceu o I Festival de MPB, da TV Excelsior, em 1965. Ganhou fama internacional e gravou, ao todo, 48 discos.

Passeou por vários estilos musicais, do samba ao jazz, mas era na MPB e na bossa nova que Elis se encontrava.

Elis foi parceira e interpretou músicas de grandes figuras como Tom Jobim, Toquinho, Belchior, Milton Nascimento, Edu Lobo, Aldir Blanc, João Bosco entre outros. Com sua voz encantadora, tornou famosas canções que, talvez, nunca tivessem ficado conhecidas se não fosse por ela. É o caso de "Romaria", de Renato Teixeira. O próprio Belchior ganhou notoriedade com "Como Nossos Pais" e "Velha Roupa Colorida", do LP Falso Brilhante.

O espetáculo Falso Brilhante, que deu origem ao LP de mesmo nome, foi, talvez, seu trabalho mais importante. Era uma apresentação quase biográfica e cheio de críticas à ditadura militar.

Pimentinha engajada

Atrevida e acostumada a falar sozinha, Elis dizia o que pensava. Explosiva e, ao mesmo tempo, sensível. Daí saiu o apelido Pimentinha, inventado por Vinícius de Moraes. Engajada politicamente, durante a ditadura militar, fez críticas bastante ácidas aos milicos. Só não foi presa por causa de sua popularidade nacional e internacional. Em sua voz, "O Bêbado e a Equilibrista", de João Bosco, ficaria conhecido como o hino da anistia. Na greve dos operários do ABC, em 1979, participou de shows para arrecadar fundos para os grevistas.

Também encabeçou movimentos pelos direitos dos músicos. Criticava as gravadoras pela inversão de valores, o dinheiro antes do artista, a falta de preocupação com a criatividade. *"Eu arrisco sempre numa situação de inferioridade, porque eu não sou matriz, eu sou reprodução, eu sou reprodutora. A matriz tem muito mais condições, porque ela gera o 'S' cortado* [$] *duas vezes. Ela gera quando ela grava e quando ela edita. Ela galopa em cima de nós"*, disse em entrevista ao programa Jogo da Verdade, em 1982.

Aquela seria sua última entrevista. Duas semanas depois, em 19 de janeiro, Elis morreu vítima de uma overdose de álcool, cocaína e tranquilizantes. Ela tinha apenas 36 anos. Seus três filhos – João Marcelo Bôscoli, Pedro Camargo Mariano e Maria Rita – também se enveredaram pelo mundo da música.

No palco do Teatro Bandeirantes, em São Paulo, que tanta importância teve em sua carreira, Elis fez sua última aparição, num velório que comoveu o país.

Elis morreu, mas não deixou de existir. Como nos versos que um dia cantou, *"a esperança equilibrista sabe que o show de todo artista tem que continuar"*. ■

"Viver é melhor que sonhar
Eu sei que o amor
É uma coisa boa
Mas também sei
Que qualquer canto
É menor do que a vida
De qualquer pessoa"

Como Nossos Pais

SAIBA MAIS

▶ ACERVO

Em 2005, Elis ganhou um acervo na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, com material doado por amigos, fãs, colecionadores, críticos e público em geral. O acervo reserva um pequeno espaço para apresentações. A vida de Elis é ali contada com objetos pessoais, fotografias, materiais de imprensa, capas de discos, documentários etc.

▶ SAMBA-ENREDO

Em 2015, Elis foi tema do enredo da escola de samba paulistana Vai-Vai. Com "Simplesmente Elis – A fábula de uma voz na transversal do tempo", a escola foi campeã.

▶ PROCURANDO EMPREGO

Elis chegou ao Rio com o pai, para buscar trabalho, no dia 31 de março de 1964, dia do golpe militar. O pai levava uma carta de apresentação assinada por Leonel Brizola, que, àquela altura, já estava exilado fugindo dos militares.

▶ POLÊMICA

Em 1972, Elis cantou o Hino Nacional nas olimpíadas do Exército. No mesmo ano, fez um show para o general Emílio Médici. Os dois episódios lhe renderam a crítica dura daqueles que lutavam contra o regime militar num de seus momentos mais sangrentos. O cartunista Henfil promoveu seu enterro simbólico no cemitério dos mortos-vivos do Pasquim. Mas o fato é que isso aconteceu depois de uma entrevista, na Europa, em que Elis disse que o Brasil era governado por gorilas. Segundo ela, estava ameaçada, e essa foi a condição para voltar ao Brasil.